

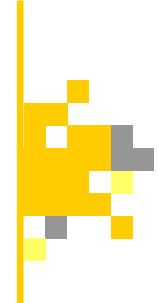
ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Hemerson Luiz Pase^I

Ana Paula Patella^{II}

Notas sobre a eleição do Presidente Bolsonaro em 2018

Notes on the election of President Bolsonaro in 2018



RESUMO:

Este texto tem o objetivo de levantar pistas para identificar e analisar as razões não institucionais que propiciaram a vitória eleitoral e a legitimização do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro nas eleições gerais de 2018. Compreendemos que a cultura política é uma variável interessante para analisar este processo. Nosso problema de pesquisa é: Como a cidadania brasileira une no poder máximo do país o Presidente Bolsonaro? A hipótese é que a vitória de Jair Messias Bolsonaro foi possível em razão da cultura política brasileira, cujas marcas são o clientelismo, a delegação e o cinismo produtores de incompreensão e hesitação da cidadania em relação à democracia. A metodologia é hermenêutica e analisa as informações através dos teóricos da ciência social brasileira, cuja produção dialoga com a teoria da cultura política. As informações foram obtidas na imprensa, nas redes sociais e em relatos empíricos primários obtidos a partir de entrevistas livres.

ABSTRACT:

This text aims to raise clues to identify and analyze the non-institutional reasons that led to the electoral victory and legitimization of the President of the Republic Jair Messias Bolsonaro in the 2018 general elections. We understand that political culture is an interesting variable to analyze this process. Our research problem is: How does Brazilian citizenship anoint President Bolsonaro with maximum power in the country? The hypothesis is that Jair Messias Bolsonaro's victory was possible due to Brazilian political culture, whose hallmarks are clientelism, delegation and cynicism that produce misunderstanding and hesitation among citizens in relation to democracy. The methodology is hermeneutic and analyzes information through Brazilian social science theorists, whose production dialogues with the theory of political culture. The information was obtained from the press, social networks and primary empirical reports obtained from free interviews.

Palavras-chave: Eleições; Presidencialismo; Populismo; Cinismo político; Clientelismo

Keywords: Elections; Presidentialism; Populism ; Political cynicism; Clientelism

^I Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

hemerson.pase@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-3322-3003>

^{II} Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pesquisadora, Universidade Federal de Rio Grande, Porto Alegre, RS, Brasil.

anapaulapatella@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-9498-560X>

INTRODUÇÃO

A vitória eleitoral do presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018 produziu uma forte apreensão nos defensores da democracia no Brasil, algo análoga à vitória do presidente Donald Trump nos Estados Unidos da América. A principal, e talvez única, semelhança entre esses dois atores políticos é seu pouco apreço à democracia. A pergunta da qual partimos é como a cidadania brasileiraunge no poder máximo do país o Presidente Bolsonaro? A hipótese que pretendemos explorar é que a vitória eleitoral e legitimação de Jair Messias Bolsonaro foi possível em razão da cultura política brasileira, cujas marcas são clientelismo, delegação e o cinismo que influenciam uma incompreensão e hesitação da cidadania em relação à democracia.

Para analisar este fenômeno recorremos à teoria da cultura política que nos parece adequada para elucidar a hipótese de trabalho. O primeiro autor acionado é José Murilo de Carvalho, cuja centralidade teórica afirma que a cidadania brasileira é inconclusa em razão das características da cultura política brasileira, claramente delegativa no que tange ao seu protagonismo político e democrático. Por óbvio, acionaremos também o cientista político argentino Guillermo O'Donnell para definir a democracia delegativa. De outro lado, Jessé Souza critica essa interpretação, como também o faz em relação a todos os cientistas sociais

brasileiros como Sérgio Buarque de Hollanda, Roberto Da Matta, Gilberto Freire e Raimundo Faoro, a partir da denúncia da ingenuidade política e da ausência de categorias que expressem as contradições de classe nessas interpretações sobre o Brasil.

Este trabalho serve-se metodologicamente da hermenêutica que possibilita a análise do objeto em tela, a eleição do Presidente Bolsonaro, a partir dos teóricos da cultura política brasileira. Em apoio a esta metodologia faremos um resgate histórico de eventos sociais, econômicos e políticos relevantes para apoiarem nossa hipótese. Além disso, serão acionados um conjunto de conceitos para definir os grupos de apoio do presidente.

A CULTURA POLÍTICA ONTEM E HOJE

As dimensões subjetivas dos fenômenos políticos consideradas para explicar questões relacionadas à estabilidade, eficácia institucional e consolidação da democracia inserem-se na abordagem da cultura política. A teoria formulada originalmente por Almond & Verba (1963) afirma que as crenças, normas, valores e atitudes são explicativos do comportamento político. Essa teoria recebe muita influência do behaviorismo e do funcionalismo já que aciona elementos psicológicos e comportamentais para explicar a percepção e a relação dos indivíduos com a política.

A teoria da cultura política foi formulada originalmente a partir da comparação de cinco nações (EUA, Inglaterra, México, Itália e Alemanha) identificando a adequação e relação entre as variáveis subjetivas e o sistema político. O trabalho foi bastante criticado destacando-se a acusação de etnocentrismo e homogeneidade da cultura política em cada sociedade. As críticas animaram os autores a retomarem e redefinirem o conceito em obra mais recente (ALMOND & VERBA, 1989).

A força dessa corrente ocorre, segundo Rennó (1998), devido a desilusão em relação às promessas iluministas e liberais sobre a inevitabilidade do progresso moral e material, cujas expectativas foram frustrados com a duas grandes guerras do século XX. Além disso, foi impulsionada pelo desenvolvimento de técnicas de pesquisa e métodos mais confiáveis, a exemplo do *survey*, que trataram com maior objetividade os testes empíricos e credenciaram a corrente a qualificar as especulações teóricas acerca do comportamento e das predisposições políticas.

A partir dessa abordagem teórica surge o conceito de capital social¹, que ganha importância a partir dos trabalhos de Robert Putnam (2000) cuja preocupação é compreender como os governos democráticos podem funcionar de maneira satisfatória. Uma das questões centrais que o autor investiga é por que alguns governos

democráticos têm bom desempenho institucional e outros não? O autor realiza um estudo empírico longitudinal na Itália estudando os governos regionais criados a partir da década de 1970, identificando grande distinção regional entre o Norte e o Sul do país. De uma região a outra se vai da modernidade capitalista industrial, em alguns casos pós-industrial, no Norte, ao Sul tradicionalmente agrícola.

Para Putnam, as tradições cívicas produzem capital social, que está ligado à ideia de um bem comunitário (PUTNAM, 2000), ou seja, práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, incluindo sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação. Nessa conceituação, quanto maior for a capacidade dos cidadãos confiarem uns nos outros, para além de seus familiares, superando o “familismo amoral” (BANFIELD, 1958), assim como maior e mais rico for o número de possibilidades associativas, maior será o volume de capital social. A confiança é a expectativa que nasce no meio de uma comunidade de comportamento estável e cooperativo, baseado em normas compartilhadas por estes mesmos membros (FUKUYAMA, 1996). A questão central para Putnam (2000) é que a confiança, a cooperação e os espaços de participação social entre o Estado e a Sociedade são elementos positivos e essenciais para o bom

funcionamento das instituições políticas.² Ou seja, ele toma da cultura política, a variável cívismo, como uma variável independente, e o desenvolvimento econômico e o desempenho institucional como variáveis dependentes. A favor dessa direção causal o autor demonstra que as regiões mais cívicas da Itália (o Norte), não começaram sendo mais ricas e nem sempre foram mais ricas, pelo contrário, permaneceram mais cívicas desde o século XI e precisamente foi isso que levou ao desenvolvimento econômico e não o contrário (PUTNAM, 2000).

Assim, o autor argumenta que se formaram dois sistemas sociais equilibrados na Itália: no Norte, de comunidade cívica, um equilíbrio virtuoso, marcado pela cooperação, confiança e reciprocidade. No Sul não cívico, um equilíbrio vicioso marcado pela deserção, desconfiança, omissão, exploração. Além disso, esses equilíbrios estão “subordinados à trajetória”.

É a partir dessa reflexão que o autor afirma que tanto os Estados Unidos da América quanto os países da América Latina coincidem no fato de receberem heranças culturais significativas, no entanto, distingue-se, pois os norte-americanos foram beneficiados pelas tradições inglesas de descentralização, enquanto os latino-americanos foram prejudicados pelo autoritarismo centralizado, o familismo e o clientelismo que haviam herdado da Espanha e de Portugal medievais. Os latino-

americanos herdaram tradições de dependência vertical, ao passo que os norte americanos herdaram tradições cívicas horizontais e isto fez toda a diferença.

Quando instigados a explicar os determinantes da cultura política, tanto Almond & Verba (1963) quanto Putnam (2000), atribuem peso exponencial à tradição e à história da configuração territorial, econômica e política das sociedades. Essa articulação metodológica possibilitará a Putnam lançar mão de um conceito do neoinstitucionalismo histórico para explicar o peso da história: o de *path dependend* ou, dependência de trajetória. O argumento principal de Putnam diz que as sociedades tendem a seguir pelo caminho de onde vieram, embora isso não seja absolutamente imutável, argumento pelo qual o autor será muito criticado acusado de um determinismo histórico (REIS, 2003).

Esta abordagem estimulou cientistas políticos e sociólogos brasileiros a relacionarem a cultura política nacional ao fortalecimento do regime democrático, alguns crendo na permanência e, outros, na mudança, de padrões de comportamento político favoráveis ao desenvolvimento democrático.

No final de 1990 as pesquisas de José Alvaro Moisés e seus alunos, na Universidade de São Paulo, utilizam a teoria da cultura política para explicar o processo de democratização brasileiro,

cujos resultados mostram uma valoração relutante da cidadania em relação à democracia. Segundo Moisés, a cidadania brasileira é caracterizada pela ambiguidade em relação à democracia, não apresentando convicção sobre suas virtudes e, inclusive, em alguns momentos preferindo regimes autoritários (MOISÉS, 2010).

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul o professor Marcello Baquero constituiu um grupo de estudiosos sobre cultura política e capital social. Para Baquero e seus seguidores o capital social é variável determinante, ao lado da engenharia institucional, para explicar a consolidação da democracia, que é mais que a normatização e normalização de processos eleitorais com governantes que governam, terminam seus mandatos e os entregam aos sucessores, incluindo aí os da oposição. Para Baquero, a consolidação democrática é um processo histórico que impõe transformação institucional mas também, transformações psicológicas, comportamentais. Em democracias consolidadas os cidadãos se relacionam protagonicamente com a política institucional na melhor definição do homem como animal político, ou seja, aquele que encaminha soluções pacíficas para as contradições política, econômicas e sociais (BAQUERO, 2007).

Os trabalhos de Moisés e Baquero são fundados em pesquisa empírica quantitativa

robusta e rigorosa que possibilitou conhecer a percepção dos cidadãos e influenciaram muitos cientistas políticos contemporâneos em todo o país.

É importante destacar que as ideias que conectam elementos psicológicos e comportamentais à política estão presentes no Brasil desde o início do século XX, como mostram as obras de Gilberto Freire (1933), Oliveira Vianna (1949), Sérgio Buarque de Holanda (1936), Raimundo Faoro (1958). Mais recentemente podemos encontrar autores que açãoam essas mesmas abordagens teórica, além de Moisés e Baquero, como são os casos de José Murilo de Carvalho e Jessé Souza.

CULTURA POLÍTICA E JEITINHO

O britânico Thomas H. Marshall (1967) desenvolveu uma teoria que afirma que a cidadania na Inglaterra foi resultado de um processo crescente de construção e conquista de direitos durante o século XVIII, quando foram conquistados os direitos civis a partir das revoluções liberais, século XIX quando foram conquistados os direitos políticos e no século XX, após as duas guerras mundiais, quando foram conquistados os direitos sociais. Para Marshall a cidadania é resultado da luta social e política pela conquista desse conjunto de direitos.

Essa teoria influenciou muito a produção intelectual da ciência política no século XX. Na Argentina, Guillermo O'Donnell analisa as experiências democráticas do final do século XX para concluir que aqui temos uma democracia delegativa marcada pela ausência da *accountability*, onde os políticos eleitos não se sentem obrigados a prestar contas de suas ações aos cidadãos (O'DONNEL, 1991). Ou seja, os eleitos não são representantes, são sim delegados que recebem um cheque em brando, ou seja, tem autonomia para tomar decisões. Essa teoria mostra como no caso latino-americano a conquista dos direitos políticos foi errática e na maior parte dos países incompleta ainda no século XXI.

José Murilo de Carvalho (2001) elabora uma interpretação da história brasileira a partir da Proclamação da República para mostrar que o processo de construção da cidadania não segue a lógica apresentada por Marshall. Aqui, os primeiros direitos que os indivíduos tiveram acesso foram alguns direitos sociais, nas décadas de 1940 – 50, passando pela ampliação do direito ao voto concluído na década de 1980 e os direitos civis somente foram consolidados com a Constituição de 1988. Ou seja, até o final do século XX nem todo indivíduo era considerado cidadão no que tange às liberdades individuais.

Carvalho argumenta que no Brasil a relação política é marcada pela delegação da

representação onde o eleitor escolhe um governante que tenha características messiânicas (o ‘salvador da pátria’), heroicas, populistas ou, como na última eleição presidencial em 2018, ‘mitológicas’.³ Por essas razões, a cidadania brasileira é definida pelo autor como inconclusa. Para Carvalho, a diferença fundamental entre a história da cidadania inglesa e a brasileira é exatamente o processo de construção, na Inglaterra ela ocorreu a partir de muitas disputas, revoltas e insurreições civis que chegaram às vias de fato, enquanto no Brasil esse processo se deu, com raras exceções, pela via pacífica da concessão de cima para baixo, dos governantes para os súditos. Uma população que não luta por seus direitos e os recebe como dádiva de seus governantes não se percebe representada politicamente e sim súdita.

A origem dessa interpretação pode ser encontrada a partir da leitura de outros importantes autores da ciência social brasileira. Sérgio Buarque de Hollanda (1995) afirma que a marca do brasileiro é a sua cordialidade, que pode ser traduzida como a passividade em relação ao Estado. Raimundo Faoro (1997) trabalha com os conceitos de estamento burocrático e patrimonialismo para interpretar o insulamento dos ocupantes de cargos públicos e da instrumentalização do Estado para mantê-los no poder. Essa instrumentalização passa pelo uso dos

bens, recursos e direitos públicos como moedas de troca eleitoral e / ou, como instrumentos de distribuição de dádivas e manutenção do *status quo* dos governantes. Gilberto Freire (1933) apresenta uma escravidão menos cruel, a partir do conceito de democracia racial, e Roberto Da Mata cria a conceito de 'jeitinho brasileiro', talvez o mais popular desses conceitos, que significa o espaço entre a legalidade e a ilegalidade por onde se atuam se movem e sobrevivem os pobres no Brasil (1993).

Esta interpretação influenciou gerações de cientistas sociais no Brasil que passaram a analisar o país a partir de uma certa idiossincrasia nacional, uma cultura política particular, cujo conteúdo revela uma relação instrumental e cínica entre cidadãos e políticos, além de um apreço hesitante em relação ao regime democrático.

Interpretação distinta é apresentada por Jessé Souza a partir de uma dura crítica à ciência social brasileira particularmente no célebre livro 'A ralé brasileira' (2009) e, mais recentemente, nas obras 'A tolice da inteligência brasileira' (2015) e 'A elite do atraso' (2017). Para Souza, o populismo e o patrimonialismo são as categorias centrais para compreender a ciência social brasileira já que estão presentes em todos os autores, incluindo aqueles críticos.⁴ Irônico e provocativo o autor afirma que a ciência social brasileira não conseguiu formular, ou adotar, conceitos e categorias

inovadoras e adequadas para compreender e transformar a realidade brasileira. Souza afirma que autores conhecidos como cientistas sociais críticos, como Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro, utilizam categorias teóricas sem lastro histórico no Brasil, como é o caso do patrimonialismo, formulado originalmente por Max Weber. Para o autor, isso é realizado às custas de uma interpretação precisa do país e da criação de conceitos criativos tais como democracia racial, cordialidade, clientelismo, patrimonialismo e jeitinho, cujos conteúdos tem dois objetivos, mostrar quanto idiossincrática é a sociedade brasileira e atribuir à construção do Estado todas as mazelas nacionais, particularmente a que mais envergonha a sociedade contemporânea, a corrupção.

Souza comprehende que a ciência social clássica brasileira, mesmo aquela que se esforça para inserir elementos marxistas na análise, propõe uma interpretação que atribui todas as mazelas do país ao Estado e aos governos e todas as virtudes ao mercado a à sociedade. Isto é realizado através de um processo de demonização do Estado e da política como reinos da desonestidade e corrupção. Contudo, a crítica mais contundente que Souza faz atribui a limitação analítica da ciência social brasileira a desconsideração da categoria de classe social.

Para Jessé Souza, o conceito de classe social é muito mais do que a posse ou ausência dos meios de produção, embora esta influencie fortemente naquela. Classe social é o modo de vida de um segmento social, um *habitus*, segundo Bourdieu (1989). Não obstante, a novidade de seu construto é atribuir à classe média uma segmentação onde parte significativa é instrumentalizada para manter o poder e a riqueza da classe alta.

Jessé Souza atribui grande importância à classe média que seria aquela que tem um modo de vida que se aproxima da classe alta, embora não tenha dinheiro. Essa classe, seus dois extratos superiores, apoiam o mercado e os candidatos e partidos neoliberais e conservadores e justificam fortemente a demonização do Estado pois é ela que mais identifica a corrupção estatal. Como essa corrupção significa a apropriação de recursos públicos obtidos através da cobrança de impostos, a classe média se sente roubada já que é a que mais paga imposto de renda no Brasil. Em que pese essa reação sanguínea à corrupção estatal, essa classe ignora a corrupção do mercado, como aquela produzida pela renúncia fiscal ou aquela produzida pela não cobrança de impostos sobre fortunas ou investimentos fora do país. Não se indigna com o mesmo ímpeto quando os empresários e os bancos são ‘socorridos’ pelo Estado.

DO CINISMO AO MESSIAS

A eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018 é um fato político que renderá muitos esforços de interpretação principalmente porque ela se desconecta de várias teorias que explicam o voto e as eleições. Exemplo dessas teorias são aquelas que afirmam que partidos fortes e antigos tem mais condições de oferecer incentivos específicos e encontrar apoio; que o eleitor vota pela emoção e não pela razão; que o eleitor vota pela economia, ou seja, no candidato que transmite a percepção de que impulsionará a economia e; as que afirmam que o candidato eleito é aquele que calibra seu discurso conforme o cidadão mediano. Num texto de 2010, afirmei que a primeira eleição de Luis Inácio Lula da Silva se explicava exatamente por essa última concepção.

A eleição de Jair Messias Bolsonaro não pode ser explicada por nenhuma dessas teorias, pelo menos isoladamente. Então como explicá-la? Como a teoria da cultura política e a ciência social brasileira podem ajudar a compreender esse fenômeno?

O Presidente Jair Messias Bolsonaro iniciou sua carreira política profissional depois de ser reformado (aposentado) pelo Exército Brasileiro. Seu primeiro cargo eletivo foi vereador da cidade do Rio de Janeiro, depois Deputado Federal. Na Câmara Federal, fez parte do ‘baixo clero’, grupo de

deputados com pouca expressão em razão de pouca capacidade de oratória e articulação. Bolsonaro, e boa parte desse grupo, conseguiu se perpetuar na Câmara dos Deputados por estabelecer relações clientelistas para cima, com a presidência da Câmara e o Governo Federal, no estilo 'presidencialismo de colalizão', e para baixo, com seus eleitores, através das emendas parlamentares, favores e empreguismo (PASE, 2012). Ele foi seguido por três dos seus cinco filhos que também são parlamentares.

A eleição de Jair Messias Bolsonaro é resultado de um conjunto de fatos políticos, coordenação de grupos de apoio e afirmação de uma posição ideológica de extrema direita.

Os fatos

A eleição do Presidente Bolsonaro ocorreu em meio a um desgaste importante da política e dos políticos profissionais, o qual pode ser ilustrado pela seguinte série de eventos:

- em junho de 2005 o Deputado Federal Roberto Jefferson denuncia esquema de corrupção no governo federal, cujo andamento deu origem ao conjunto de denúncias e processos judiciais apelidados de mensalão;
- em junho de 2013 ocorrem mobilizações sociais que iniciaram reivindicando redução do preço de passagem do transporte coletivo urbano e com o

passar do tempo passam a demandar uma série de pautas pouco definidas e organizadas. Estas mobilizações acabaram por se concentrar na denúncia da corrupção como causa da dificuldade de realizar políticas públicas. Foram capitaneadas por movimentos de direita⁵ que as usaram para desgastar o governo e as instituições políticas;⁶

- em janeiro de 2014 o candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014, Senador Aécio Neves (PSDB), discursa não aceitando o resultado das eleições;

- em maio de 2016 a imprensa divulga conversa entre o Ministro do Planejamento da Presidência da República e Senador, Romero Jucá, e o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, afirmado a necessidade de fazer o impeachment da presidente Dilma Rousseff e fazer um acordo para estancar o desgaste da classe política '...com Supremo e com tudo...' para frear a Lava Jato;⁷

- em agosto de 2016 a Presidenta da República Dilma Rousseff (PT) eleita em 2014 é retirada do poder através de processo de *impeachment*, substituída pelo Vice Presidente Michel Temer (PMDB);

- em outubro de 2016 ocorre a prisão (e depois condenação) por corrupção do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, que havia presidido o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma;

- em julho de 2017 ocorre a prisão do Deputado Federal e ex-ministro chefe da casa civil da Presidência da República, Geddel Vieira Lima, acusado de corrupção;

- em abril de 2018 ocorre a prisão do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT), condenado por corrupção na Ação Penal 470 (mensalão);

- em setembro de 2018 o então candidato à presidência da república Jair M. Bolsonaro sofre uma facada durante uma atividade de campanha eleitoral em Juiz de Fora (MG);⁸

Esses eventos, e tantos outros que poderiam a eles ser somados, não são a causa, mas sim o sintoma da relação entre a sociedade e o Estado no Brasil, contudo é inegável seu poder de potencializar o processo de desgaste e, por que não dizer, demonização da política e dos políticos profissionais. Isto nos obriga a concordar com a teoria política clássica brasileira que afirma a força do clientelismo e do jeitinho nas relações sociais e políticas brasileiras. Neste sentido, no caso brasileiro claramente, a política é o espaço de apropriação dos instrumentos do Estado para a perpetuação dos políticos profissionais, a apropriação dos recursos públicos e a defesa de interesses dos ricos da sociedade.

Contudo, é inegável que a desconsideração da categoria classe social que ajuda a compreender o processo de dominação política e de exploração econômica ofusca a capacidade de avaliar

completamente o alcance e o impacto das categorias do clientelismo e jeitinho.

Estas características aprofundam o distanciamento do cidadão em relação à política, porque não há *accountability* e, principalmente, porque o Estado não resolve os problemas das pessoas, não realiza políticas públicas que solucionem a crescente dificuldade dos indivíduos.

Todo esse processo abre espaço para o aprofundamento da narrativa que afirma que os problemas sociais podem ser mais facilmente resolvidos pelo mercado e o Estado deve ser minimizado para evitar a pilhagem do dinheiro dos impostos e diminuí-los. Além disso, desgasta muito os partidos e as lideranças tradicionais abrindo espaço para uma figura que habilmente percebe e articula as benesses do discurso da negação da política como capital político, o apolítico⁹ que disputa cargos eletivos.

Grupos de apoio

Bolsonaro articula uma coalizão de forças bastante variada e distinta entre si, mas que tem acordos mínimos relacionados à posição ideológica de direita, neoliberal e / ou conservadora e, principalmente, antipetistas.

O primeiro desse grupo é formado pela sua família, especialmente os seus três filhos¹⁰ que se elegeram nas últimas eleições para diversos cargos

parlamentares. O capital desse grupo é a liderança, pois articulam uma legião de seguidores nas redes virtuais e a capacidade na distribuição maciça de informações (e *fake news*) pelas redes virtuais (*facebook, instagram e whatsapp*). Eles possuem grande proximidade com o presidente e o aconselharam diretamente e intensamente durante a campanha presidencial. Após a vitória mantêm forte influência e formam uma espécie de gabinete paralelo de conselheiros informais sobre os temas sensíveis do país. É evidente que a capacidade de divulgação de informações dos filhos do presidente é turbinada por empresas especializadas nessa prática. Esse grupo é influenciado ideologicamente pelo autodidata Olavo de Carvalho, conservador, neoliberal e antipetista convicto que, por sua vez, conectou o grupo a Steve Bannon, conselheiro político e estrategista que ajudou a eleger o Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos da América.

O segundo grupo de apoio importante foi o Centrão, grupo de pequenos partidos, formado por maioria de congressistas que compõe o baixo clero que viram em Bolsonaro a oportunidade de manter posição confortável no Congresso Nacional para participar da distribuição de cargos e de recursos do governo federal, ou seja, a possibilidade de turbinar seu clientelismo e seus currais eleitorais. Não haveria qualquer novidade aqui, já que nosso sistema político é quase consensualmente

definido como presidencialismo de coalizão. A novidade é que o presidente não tem uma agenda que queira aprovar, a impressão que resta é que ele quer destruir a agenda.

O terceiro grupo é formado por religiosos vinculados às Igrejas Neopentecostais ou a segmentos carismáticos das Igrejas Católica e Protestantes. Esses religiosos são fortemente conservadores, tem uma interpretação bastante literal da bíblia priorizando o velho testamento e professando a defesa da tradição, da família e da propriedade. São contrárias ao aborto e negam as opções, orientações e identidades sexuais diversas da tradicional. Defendem a vitória pessoal e individual através da oração e da doação de dinheiro para as igrejas (pagamento do dízimo). São responsáveis por instituições de tratamento de dependentes químicos que sobrevivem de doações e de repasse de dinheiro público, além de manterem um robusto aparato de comunicação com rádios e televisões inclusive de alcance nacional como a TV Record, Rede Vida, entre outras.

O quarto grupo é formado por neoliberais convictos que desembarcaram das candidaturas que naufragaram no primeiro turno como de Henrique Meireles (MDB), João Amoedo (Partido Novo), Geraldo Alckmin (PSDB), entre outros. Quando Bolsonaro anuncia o economista formado na Universidade de Chicago, Paulo Guedes, futuro ministro da economia, os neoliberais convictos se incor-

poram à sua campanha. Defendem a diminuição do Estado, diminuição da carga tributária, flexibilização da legislação trabalhista e previdenciária.

O quinto grupo é formado por lideranças dos movimentos sociais que se consolidaram nas Jornadas de Junho de 2013: Movimento Brasil Livre (MBL)¹¹, Vem pra rua e Nas ruas¹². As lideranças desses movimentos foram catapultados publicamente a partir da crítica ao Estado e à política em 2013 e, paradoxalmente, aderem ao jogo político em 2018 concorrendo por vários partidos da aliança de Bolsonaro. Essas lideranças são exemplos inequívocos de “apolíticos” que disputam, e obtém, cargos políticos.

O sexto grupo é formado por parte importante das altas patentes das forças armadas, representadas na Chapa de Bolsonaro por seu Vice, o General Hamilton Mourão, que em vários momentos se manifestou contra a Presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula da Silva, ambos do PT.

Ideologia

A ideologia segundo os filósofos clássicos é o conjunto de ideias sobre determinado tema. Karl Marx define a ideologia como uma concepção de mundo, um modo de ver o mundo, um modo de querer o mundo em que a classe social dominante defende como a sua versão como verdade sobre o mundo (2008). Durante muito tempo, os segmen-

tos sociais de direita e conservadores negaram a existência da sua ideologia e atribuíram à esquerda possuir e professar uma ideologia de esquerda, socialista, comunista e, no Brasil, a síntese disso tudo, petista.

Durante os eventos relatados acima um dos fenômenos mais interessantes ocorridos foi o reconhecimento do surgimento de uma nova direita ideológica, concepção assumida pelos líderes dos movimentos sociais nascidos nas Jornadas de Junho de 2013. O conteúdo dessa ideologia é conservador nos costumes e neoliberal na economia. O seu conservadorismo é fortemente influenciado por igrejas neopentecostais e por segmentos das igrejas católica e protestante que fazem uma interpretação completamente literal da Bíblia e defendem os valores da família patriarcal, composta por todas suas características nefastas como machismo, homofobia, intolerância religiosa e violência contra os diferentes. Nega o darwinismo e o evolucionismo e prega o criacionismo, o que lhe permite duvidar da ciência e questionar a produção acadêmica e o trabalho das universidades. Abundam exemplos que demonstram o descrédito da ciência, uma parte mais excêntrica desses seguidores defendem que a terra é plana e outros profissionais a não adesão às vacinas.¹³

Em relação à economia a ideologia de direita no Brasil é neoliberal segundo a definição de Perry Anderson, ou seja, que o Estado deve ser

mínimo, fraco para realizar políticas sociais e cobrar impostos progressivos e forte para manter a ordem e realizar o progresso, ou seja, deve ser forte para socorrer os empresários e /ou os ricos em momentos de crise e muito fraco para realizar políticas sociais (ANDERSON, 1995).

Por último, e não menos importante, essa ideologia é antipetista. O antipetismo é uma ideologia que considera o Partido dos Trabalhadores corrupto, comunista e inimigo da moral e dos bons costumes, ou seja, é uma espécie de síntese de tudo que condenam. A consolidação do antipetismo ocorreu principalmente a partir do advento da Ação Penal 470 (Mensalão)¹⁴ e da operação Lava Jato. Em que pese a ideologia do antipetismo se contrapõe diretamente o Partido dos Trabalhadores é bem verdade que ela assombra outros partidos e lideranças de outros partidos de esquerda que, eventualmente, defendem lideranças ou propostas do PT, ou, simplesmente, defendem propostas de esquerda. O termo 'petismo ou petista' é utilizado discursivamente como sinônimo de corrupto, indolente e autoritário. O jornalista Reinaldo Azevedo definiu o petismo sob a alcunha de 'petralha', em alusão à história em quadrinhos dos 'Irmãos Metralhas' (AZEVEDO, 2018).

A VITÓRIA DE BOLSONARO

De forma surpreendentemente inteligente, Bolsonaro conseguiu encarnar a ideologia de direita e disseminá-la pelas redes virtuais com apoio dos seus filhos e das lideranças dos movimentos de direita. Conseguiu articular os partidos e lideranças neoliberais em torno do seu escolhido para o ministério da economia, principalmente em razão da crise política causada pelo *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff e assumpção do Vice-Presidente Michel Temer que não conseguiu fazer muito para aplacar a crise econômica e o desemprego que batia a casa dos treze milhões de pessoas em 2018. E com uma jogada bem articulada incorporou setores conservadores da sociedade e das forças armadas através do apoio de religiosos, de elementos da cúpula das Forças Armadas e de partidos de direita.

Esse caldo político encontrou uma população pobre sedenta por um messias que resolvesse seus problemas de desemprego, falta de saúde, segurança e educação. Encontrou uma classe média indignada com o petismo e com a corrupção, terreno fértil para um líder autoritário e messiânico. Encontrou empresários e / ou ricos, entre eles os banqueiros, latifundiários e as multinacionais, precisando manter seus altos níveis de lucratividade, encontrou um sistema mundial em crise, precisando colocar em outro patamar o processo de

acumulação capitalista.

Como cerejas do bolo emergem dois elementos, a facada sofrida pelo candidato em setembro de 2018 que fez com que todos os outros candidatos suspendessem as campanhas em solidariedade ao adversário. Além disso, esse acontecimento possibilitou a construção de uma narrativa vitimista e, mais uma vez, messiânica e heroica rapidamente potencializada nas redes virtuais de seus apoiadores.

A segunda cereja é a fala do candidato, pouco tempo antes do segundo turno das eleições de 2018, quando Bolsonaro revela seu lado autoritário e violento afirmando que não aceitaria outro resultado que não a sua vitória, segundo ele qualquer outro resultado materializaria uma fraude eleitoral. O resultado foi a delegação do governo ao messias, Jair Messias Bolsonaro.

Como destacamos nas partes iniciais deste texto, há uma importante produção científica na área da ciência política que considera a cultura como variável independente dos fenômenos políticos. Isto posto, parece bastante plausível compreender que a eleição do Presidente Bolsonaro não foi resultado institucional do funcionamento normal e fluidos das instituições políticas e jurídicas brasileiras nem, por outro lado, somente fruto do culto ao direito da injustiça propagado pela República de Curitiba¹⁵ na Lava Jato.

É claro que estes acontecimentos tiveram

importância, contudo, nossa hipótese é que a grande aceitação popular de Bolsonaro e sua eleição é também fortemente explicada pela cultura política brasileira. A cultura política da delegação (O'DONNELL, 1991) é fortemente conectada a da busca do salvador da pátria, sebastianista, herói ou mito (CARVALHO, 2001) que, graças as suas virtudes pessoais, enfrenta os inimigos e se relaciona diretamente com o povo. É evidente que Bolsonaro reúne estas virtudes.

Neste mesmo argumento importa destacar que a cultura política brasileira é fortemente atraíssada pelo cinismo. O cínico é aquele que diz aquilo que poucas vezes faz (promete e não cumpre) e jamais confessa aquilo que efetivamente faz ou deseja fazer. Bolsonaro e seus filhos são políticos profissionais e, seguramente, cínicos. Não é por acaso que uma das armas mais poderosas da campanha a presidente de Bolsonaro tenha sido a disseminação de *fake news* através das redes virtuais, particularmente o *WhatsApp*.

O cinismo político também pode ser observado em todo o contexto apresentado pelos fatos (3.1) que mostram, de um lado, a volatilidade dos políticos profissionais que num momento faziam parte da coalizão da Presidenta Dilma Rousseff e no momento seguinte passam a conspirar e votam pela sua cassação, como é o caso do partido do Vice-Presidente Michel Temer. Junto a este grupo coloco os apolíticos, dirigentes dos Movimentos de

Junho de 2013 que em 2018 se tornam candidatos a deputados federais e estaduais em partidos que apoiavam Bolsonaro.

O clientelismo é a cola que liga cinismo à delegação. O candidato cínico oferece ou troca um bem político com um eleitor em troca do seu voto. O eleitor médio no Brasil não vota no programa do partido ou na ideologia do candidato, vota no último candidato que lhe ofereceu ou deu algo. Para tanto, esses candidatos precisam ter recursos para fazê-lo, obtidos através de relações também clientelistas (para cima) com governadores, senadores ou o Presidente da República. Esta engrenagem alimenta a democracia delegativa pois os eleitos têm poucos incentivos para prestarem contas, *accountability*, com os seus eleitores, seu curral eleitoral. O clientelismo não é uma distorção ele é o sistema político brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto jurídico e político, embebido na cultura política brasileira propiciou a vitória de Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

O caldo político que se articulou e legitimou a candidatura de Jair Messias Bolsonaro encontrou terreno fértil na cultura política clientelista, cínica, delegativa e hesitante em relação à democracia na qual estamos vivendo no Brasil. Bolsonaro conse-

guiu publicizar claramente na campanha todas as características marcantes da cultura política brasileira pois ele se mostrou agressivo, vitimista, autoritário, machista, homofóbico e misógino.

A cultura política clientelista, delegativa e cínica se retroalimenta com a ideologia conservadora de direita brasileira, avessa a políticas públicas de reconhecimento e de transferência de renda, saúde preventiva e educação com base na ciência.

Aliados a estas características da cultura política tivemos também alguns outros elementos conjunturais e institucionais como o impedimento eleitoral do Ex-Presidente Lula e a facada de Juiz de Fora, evento completamente instrumental pois permitiu a Bolsonaro se negar a participar de todo e qualquer debate eleitoral, além de viabilizar sua vitimização.

Além disso, e não menos importante, é visível que há um movimento mundial de arrefecimento do entusiasmo a respeito das virtudes da democracia e da capacidade dos Estados modernos, em favor de soluções neoliberais.

Outra questão inegavelmente importante, que precisa ser aprofundada, e que potencializa a cultura política delegativa, cínica e clientelista é a corrupção política, cuja abordagem e visibilidade pública tem contribuído com histórico descrédito da política e / ou para a construção da narrativa maniqueísta de que tudo que é público é ruim e o

privado é bom (SOUZA, 2009 e VITULLO, 2021).

Ainda estamos longe de construir uma resposta definitiva para a pergunta porque e como Jair Bolsonaro se elegeu? Seguramente muitos colegas tentarão responder essa questão. Outra pergunta que tem emergido fortemente nos últimos dias, principalmente em razão da reação do presidente à pandemia de Coronavírus, é se aquela coalizão de grupos de apoio se manterá até o final do mandato. Já há sinais que não.

Como se observa ao longo do texto vários temas emergem com força, contemporaneidade e vivacidade que merecem ser tratados cuidadosamente. Exemplo disso é a influência da ideologia de direita nas políticas públicas. Ainda, há outros temas que ficam em suspenso para estudos futuro. São eles: o papel da mídia e da imprensa nas eleições, na política e nas políticas públicas; a questão da corrupção, entre outros.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. **The civic culture revisited**. London: Sage, 1989.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AZEVEDO, Reinaldo. Condenação não abala prestígio eleitoral de Lula, evidencia Datafolha. Mas os tontos continuarão trocando política por polícia. **Blog da cidadania**. 31/01/2018. Disponível em: <https://blogdacidadania.com.br/2018/01/criador-do-termo-petalha-diz-que-judiciario-faz-politica-contra-lula/>. Acesso em: 4 abr. 2020.

BANFIELD, Edward C. **The moral basis of a backward society**. Nova York: The Free Press, 1958.

BAQUERO, Marcelo & PRA, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2. Ed. Rev. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DAMATTA, Roberto. Reflexões sobre o público e o privado no Brasil: um ponto de vista perverso. **Caderno de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 83, n. 3, abr. 1993, p. 51-62.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 11ª ed. São Paulo: Globo, 1997 (1958).

FERES JR, João e SASSARA, Luana de O. Corrupção, escândalos e a cobertura midiática da política. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso). São Paulo. V. 35. 2016. P 205-225.

FERES JR, João e SASSARA, Luana de O. O cão que nem sempre late: o grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998. **Revista Compolítica**. Rio de Janeiro. V. 6. 2016. P. 30-64.

FERES JR, João e SASSARA, Luana de O. O terceiro turno de Dilma Rousseff. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro. V. 40. 2016. P. 176-185.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001[1933].

FUKUYAMA, F. Confiança. As virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FUKS, Mario; PERISSINOTTO, Renato; RIBEIRO, Ednaldo. Cultura política e desigualdade: o caso dos conselhos municipais de Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 21, nov. 2003, p. 125-145.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX. Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa. **Revista Novos Estudos**. São Paulo: Nº31. Out. 1991.

PASE, Hemerson Luiz. **Capital social e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS/PPGCP, 2006.

PASE, Hemerson L. e ROCHA, Humberto J. O governo Lula e as políticas públicas do setor elétrico. **Revista Debates**, 01 December 2010, Vol.4(2), pp.32-59.

PASE, Hemerson L. MULLER, Matheus e MORAIS, Jennifer A. O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. **Pensamento Plural**. Pelotas. N. 10. Jan-julho, 2012. P. 181-199.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone**. The collapse and revival of american community. United States: 2000.

REIS, Bruno P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba. nº 21, nov. 2003, p. 35-49.

RENNÓ, Lucio R. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **BIB**. Rio de Janeiro. 1998. N 45 1º semestre, p. 71 – 92.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**:

ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VIANNA, F. J. Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niteroi: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987 [1949].

VITULLO, Gabriel E. O tema “corrupção” na produção acadêmica da Ciência Política brasileira. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**. Pelotas. V. 7. N. 2. 2021. P. 109-135.

NOTAS

¹O conceito de capital em sua tradição francesa, de Pierre Bourdieu, se aproxima mais da ideia de um capital de relações sociais que podem ser acionadas para obtenção de ganhos individuais, dentro de um campo de disputa política. Ver mais em Bourdieu, 1989 e 2011.

²Não somente para as instituições democráticas, mas também econômicas. Fukuyama (1996), demonstrou que a existência de capital social numa dada sociedade é fator explicativo do tamanho da estrutura industrial ali existente, do desempenho econômico consequentemente.

³Os eleitores e seguidores mais sanguíniros do presidente Jair Messias Bolsonaro o chama de ‘mito’!

⁴Jessé Souza utiliza o termo, bastante irônico, de ‘charminho crítico’ para definir essa ciência social.

⁵Movimento Brasil Livre (MBL); Vem pra rua; Escola sem partido;

⁶Jornadas de junho;

⁷Investigação da Polícia Federal e do Ministério Público Federal sobre a corrupção na Petrobras;

⁸Em que pese cada um desses eventos mereça uma análise cuidadosa, bem como o tema da corrupção, esses não são objetos deste trabalho. É importante destacar o papel da imprensa em dar destaque a alguns desses eventos e alguns dos personagens, como demonstram os trabalhos de João Feres Jr e Luana de Oliveira Sassara (2016). Recentemente veio à luz um excelente trabalho de Gabriel Vitullo (2021) onde analisa os usos do termo corrupção por parte dos cientistas políticos brasileiros.

⁹Por mais paradoxal que pareça, esse animal tem se reproduzido fortemente. O apolítico é aquele indivíduo que se apresenta como não político profissional e, portanto, como isento, neutro e livre dos vícios dos políticos profissionais. Seguramente este é um conceito muito interessante que pretendendo aprofundar em texto futuro.

¹⁰Eduardo Bolsonaro – Deputado Federal pelo Estado de São Paulo; Flávio Bolsonaro – Senador Estado do Rio de Janeiro e Carlos Bolsonaro – Vereador do Município do Rio de Janeiro;

¹¹Kim Kataguiri e Artur do Val se elegeram Deputados Federais pelo Democratas (DEM) pelo Estado de São Paulo;

¹²Carla Zambelli se elegeu Deputada Federal pelo Partido Social Liberal (PSL), de Bolsonaro, pelo Estado de São Paulo;

¹³Essa defesa impactou fortemente às políticas públicas desenvolvidas por Bolsonaro e seus Ministros da Saúde em relação à Pandemia do Coronavírus. O próprio presidente não se vacinou e defendeu o uso de medicamentos cientificamente ineficazes para combater a doença.

¹⁴Denúncia do Deputado Federal Roberto Jefferson de compra de votos no Congresso Nacional pelo Presidente da República;

¹⁵Termo cunhado pelo Ex-Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, num telefonema para a então Presidenta Dilma Rousseff, para ser referir à força tarefa do Ministério Público Federal + o Ex-Juiz Sérgio Moro, ambos lotados no Paraná, encarregados do processo da Lava Jato no Estado do Paraná.